

Entidade Adjudicante / DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Número Processo Despesa / 3024004800

Procedimento / Concurso Público com Publicação no JOUE

Objeto do Contrato / Fornecimento Contínuo de géneros alimentares para
2025

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Despacho de Aprovação:

Aprovo, ao abrigo do Despacho do Ministro da Defesa Nacional, datado de 26 de agosto de 2024, que aguarda publicação no Diário da República, uma vez que assim que for publicado, produz efeitos à data da sua assinatura, conjugado com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada,

Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo
Almirante

ÍNDICE

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO	2
Artigo 1.º Identificação e Objeto do Procedimento	2
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	2
Artigo 3.º Decisão de Contratar	2
Artigo 4.º Escolha do Procedimento	2
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	2
Artigo 5.º Tramitação do procedimento	2
Artigo 6.º Assinatura Eletrónica	3
Artigo 7.º Esclarecimentos, retificações e erros e omissões	3
Artigo 8.º Idioma dos Documentos que constituem a proposta	3
Artigo 9.º Documentos da Proposta	3
Artigo 10.º Elementos da Proposta	4
Artigo 11.º Entrega de Amostra	5
Artigo 12.º Prazo de apresentação da Proposta	5
Artigo 13.º Modo de apresentação da Proposta	5
Artigo 14.º Propostas variantes	5
Artigo 15.º Prazo de Manutenção das Propostas	6
Artigo 16.º Preço Base	6
CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS	6
Artigo 17.º Critério de Adjudicação	6
Artigo 18.º Fase de Negociação	6
Artigo 19.º Leilão Eletrónico	6
Artigo 20.º Admissão e Exclusão de Propostas	6
Artigo 21.º Relatório preliminar	7
Artigo 22.º Audiência prévia	7
Artigo 23.º Relatório final	7
CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO	7
Artigo 24.º Adjudicação	7
Artigo 25.º Notificação da decisão de adjudicação	7
Artigo 26.º Documentos de Habilitação	7
Artigo 27.º Idioma dos Documentos de Habilitação	8
Artigo 28.º Caução	9
CAPÍTULO V – CONTRATO	9
Artigo 29.º Minuta do Contrato	9
Artigo 30.º Celebração de Contrato	9
Artigo 31.º Não Outorga do Contrato	10
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS	10
Artigo 32.º Possibilidade de adoção de Ajuste Direto	10
Artigo 33.º Encargos do concorrente	10
Artigo 34.º Consulta Preliminar	10
Artigo 35.º Proteção de dados	10
Artigo 36.º Legislação aplicável	10
ANEXO A - MODELO DE DECLARAÇÃO (ANEXO II AO CCP)	11
ANEXO B - MINUTA DA PROPOSTA	12
ANEXO C - CAUÇÃO - MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	13
ANEXO D - CAUÇÃO - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA / SEGURO-CAUÇÃO	14
ANEXO E - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO	15
ANEXO F - OUTROS REQUISITOS DE ADMISSÃO	16
ANEXO G - REGULAMENTO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS	18
ANEXO H - CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA MARINHA	19
ANEXO I - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE HONRA	20

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º | Identificação e Objeto do Procedimento

1. O procedimento contratual 3024004800 tem por objeto a aquisição dos bens mencionados no anexo A do Caderno de Encargos (CE) do presente procedimento, em conformidade com o respetivo clausulado e anexos.
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação conexa.

Artigo 2.º | Entidade Adjudicante

A Entidade Pública Adjudicante é o Ministério da Defesa Nacional – Marinha, representada pela Direção de Abastecimento, sita na Base Naval de Lisboa, Alfeite, CP 2810-001 Almada.

Artigo 3.º | Decisão de Contratar

O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa é o Conselho de Ministros, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto -Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto -Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, dos artigos 44.º a 47.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição Portuguesa.

Artigo 4.º | Escolha do Procedimento

Com base em critérios de economia, eficiência e eficácia, conjugado com a natureza do material a adquirir e ao grau de premência da necessidade, foi aprovado ao abrigo de competência delegada através de Despacho do Ministro da Defesa Nacional, datado de 26 de agosto de 2024, que aguarda publicação no Diário da República, uma vez que assim que for publicado, produz efeitos à data da sua assinatura, pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo, a adoção do procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE, nos termos do artigo 20.º n.º 1 alínea a) do CCP.

CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Artigo 5.º | Tramitação do procedimento

1. O presente procedimento será integralmente tramitado através da plataforma eletrónica de contratação pública em vigor na Marinha – www.acingov.pt.
2. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação supramencionada.
3. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na referida plataforma eletrónica de contratação pública.

Artigo 6.º | Assinatura Eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nomeadamente certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração.

Artigo 7.º | Esclarecimentos, retificações e erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a apresentação de listas de erros e omissões, devem ser solicitados até ao final do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através do meio eletrónico definido no ponto anterior.
2. Os esclarecimentos e erros e omissões referidos no número anterior serão prestados/respondidos até ao final do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões expressamente aceites, fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
4. Compete ao júri do procedimento a prestação dos esclarecimentos previstos no n.º 1.
5. Compete ao órgão competente para a decisão de contratar a decisão sobre os erros e omissões e retificações às peças do procedimento.

Artigo 8.º | Idioma dos Documentos que constituem a proposta

Todos os documentos devem ser apresentados em língua portuguesa ou, quando redigidos numa outra língua, acompanhados de tradução devidamente legalizada.

Artigo 9.º | Documentos da Proposta

1. A proposta é instruída pela totalidade dos documentos abaixo indicados, assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada, antes do processo de submissão da proposta, sob pena de exclusão:
 - a. **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - (1) *"Sou um operador económico;*
 - (2) *"Importar um DEUCP"; "Carregar documento" – selecionar o ficheiro disponibilizado na plataforma <https://www.acingov.pt/>;*

- (3) *Selecionar o país do concorrente;*
 - (4) *Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;*
 - (5) *No final, selecionar a opção "Imprimir" o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada e enviado junto aos documentos da proposta.*
- b. **Proposta, de acordo com o Anexo B**, com a informação dos atributos, termos, condições e informação técnica detalhada. Em substituição poderá ser apresentado um outro documento, contendo sempre expressa e taxativamente a mesma informação, inscrita no anexo referido;
 - c. **Cópia do comprovativo de entrega de amostra**, quando exigida no Anexo F ao presente Programa do Procedimento;
 - d. **Fichas técnicas dos artigos**, quando exigido no Anexo F ao presente Programa do Procedimento;
 - e. **Declaração de compromisso de honra** em que é atestado que os bens a fornecer são comercializados pelo próprio e não por uma empresa subcontratada, apenas para os Lotes 25, 27, 29, 30, 32 e 47), conforme anexo I.
 - f. Quando apresentadas fichas técnicas de terceiros, estas deverão ser acompanhadas da respetiva **declaração sob compromisso de honra**, onde se comprometam que, em caso de adjudicação, irão fornecer os bens de acordo com o descrito nas respetivas fichas. A declaração deverá ser assinada digitalmente pelo representante da empresa responsável pelas fichas técnicas e acompanhada da correspondente certidão permanente;
 - g. **Documento eletrónico oficial**, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, nomeadamente certidão permanente do registo comercial, procuração ou documento equivalente;
2. Adicionalmente, poderão ser apresentados quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Artigo 10.º | Elementos da Proposta

- 1. **Preço total em EUROS**, com duas casas decimais, obrigatoriamente, não incluindo o IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto, à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre preço por extenso e o escrito por algarismos prevalecerá sempre o preço por extenso parcelarmente apresentado.
- 2. No caso de o preço unitário ou total ser apresenta com mais de duas casas decimais, o preço considerado será o de duas casas decimais aproximado por defeito.
- 3. No caso de divergência entre o valor unitário e o valor total da proposta, valerá o valor unitário por unidade de fornecimento descrito no anexo A no Caderno de Encargos, por artigo em cada lote.
- 4. **A taxa do IVA aplicável deve ser indicada à parte**. Nos casos de isenção é obrigatória a menção ao respetivo fundamento legal (norma, artigo, número, alínea).

5. **Prazo de manutenção da proposta**, nunca inferior a 90 (noventa) dias úteis.
6. **Discriminação do prazo do fornecimento** com escalonamento expressos em dias e/ou descritos por algarismos, por lote. O prazo de fornecimento a apresentar terá de ser sempre em dias corridos, de calendário, a contar com os dias de Sábado, Domingo e Feriados.
7. No caso de o prazo ser apresentado em forma diferente de dias corridos, converter-se-á em dias corridos, na fórmula expressa no ponto anterior. No caso de existir divergência entre as datas indicadas por extenso e as descritas em algarismos prevalecerá sempre a que indicar um prazo mais curto.
8. Quando as propostas são apresentadas por sociedade comercial ou agrupamento, devem ser assinadas por quem tenha poderes para os obrigar.
9. As propostas que, quanto ao respetivo teor e atributos, contenham elementos não conformes com as peças procedimentais, serão apreciadas, consoante o aplicável, no âmbito do n.º 2 do artigo 70.º e artigo 72.º, ambos do CCP; não se admitindo como suprimento dessas desconformidades menção pelo proponente de que as mesmas se devem considerar como não escritas.

Artigo 11.º | Entrega de Amostra

1. Sempre que solicitada na Especificação Técnica, na Instrução para Aquisição ou no anexo F ao presente Programa do Procedimento, o concorrente tem de entregar a respetiva amostra para verificação da sua conformidade com os requisitos e características definidas na Especificação Técnica.
2. A amostra deverá ser entregue na Secção de Alimentação da Divisão Operacional e Técnica da Direção de Abastecimento, até às 16h00 do último dia útil da data limite para a entrega das propostas.
3. A não entrega da amostra, nos termos descritos, constitui motivo de exclusão da proposta.
4. A amostra será avaliada nos termos e condições estabelecidas no anexo G ao presente Programa do Procedimento.

Artigo 12.º | Prazo de apresentação da Proposta

1. As propostas deverão ser entregues, impreterivelmente, e sob pena de exclusão, até às 23:59 horas do 30.º dia a contar do dia útil seguinte ao envio, para publicação, do anúncio previsto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP através do meio eletrónico definido no artigo 5.º.
2. A data fixada para a apresentação de propostas pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado.

Artigo 13.º | Modo de apresentação da Proposta

A proposta e os respetivos documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública em vigor na Marinha – www.acingov.pt.

Artigo 14.º | Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 15.º | Prazo de Manutenção das Propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 dias úteis.

Artigo 16.º | Preço Base

1. O preço base para efeitos do presente procedimento é de 7.687.423,15 € (IVA excluído), enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O preço base identificado no número anterior, compreende os limiares fixados para cada um dos lotes previstos no presente procedimento, conforme anexo A do Caderno de Encargos.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 17.º | Critério de Adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP – monofator (preço).
2. No caso de se verificar uma situação de empate entre os concorrentes, serão os mesmos notificados, via correio eletrónico, para comparecerem na data e hora que lhes venha a ser indicada e na morada identificada no presente Programa do Procedimento, para a aplicação do método de sorteio, não sendo, no entanto, obrigatória a sua presença. O sorteio consistirá na identificação dos nomes dos concorrentes, em folhas de formato A5 dobradas em 4 partes iguais e colocadas num saco preto, sendo tirada à sorte apenas uma das folhas por um elemento do júri. A adjudicação será efetuada ao concorrente identificado na folha sorteada. Este sorteio será realizado na presença de pelo menos dois elementos do júri e dos representantes das firmas notificadas e que se queiram fazer representar.

Artigo 18.º | Fase de Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 19.º | Leilão Eletrónico

Não aplicável.

Artigo 20.º | Admissão e Exclusão de Propostas

Sem prejuízo de outros motivos previstos na lei, são excluídas as propostas nas seguintes situações:

- a. Nos termos previstos no artigo 146.º n.º 2 do CCP;
- b. Não sejam constituídas por todos os documentos exigidos;
- c. Quando se verifique que todos os documentos que compõem a proposta não se encontrem individualmente assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 21.º | Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas.

Artigo 22.º | Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 23.º | Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

Artigo 24.º | Adjudicação

A adjudicação será efetuada ao concorrente que, em cada lote, se posicione no primeiro lugar da ordenação final.

Artigo 25.º | Notificação da decisão de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.
2. A decisão de adjudicação deverá ser notificada aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do disposto no artigo 76.º n.º 1 do CCP.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa;
 - b. Confirmar, no prazo de dez dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições das propostas adjudicadas;
 - c. Pronunciar-se sobre a minuta de contrato no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da notificação de adjudicação.
4. A outorga do contrato ou os seus efeitos, quando o contrato não seja reduzido a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP, apenas poderão ocorrer depois de decorrido o prazo de 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação.

Artigo 26.º | Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a. **Declaração elaborada de acordo com o anexo II ao CCP**, constante em anexo A ao presente Programa;
 - b. **Certificado de registo criminal** da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da pessoa coletiva ou de pessoa singular, quando aplicável;
 - c. **Certidão** sobre a situação regularizada relativamente a **dívidas por impostos ao Estado** se o DEUCP não apresentar o endereço e as credenciais de acesso à informação a partir de uma base de dados de um Estado Membro da UE;
 - d. **Certidão** sobre a situação regularizada relativamente a **dívidas por contribuições para a segurança social** se o DEUCP não apresentar o endereço e as credenciais de acesso à informação a partir de uma base de dados de um Estado Membro da UE;
 - e. **Certidão Permanente de Registo Comercial** se o DEUCP não apresentar o endereço e as credenciais de acesso à informação a partir de uma base de dados de um Estado Membro da EU;
 - f. **Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo** (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso (O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://rcbe.justica.gov.pt/>);
 - g. **Declaração de aceitação do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha** (constante no Anexo H ao presente Programa);
 - h. **Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas**, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.
2. Optativamente, pode o adjudicatário emitir uma autorização à entidade adjudicante para obter a referida informação junto das entidades competentes.
 3. Caso sejam detetadas não conformidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, nos termos do artigo 86.º n.º 2 do CCP, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, para que este se pronuncie, ao abrigo de audiência prévia.
 4. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário a entidade adjudicante, em função das razões invocadas, notifica o adjudicatário para a apresentar os documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP.
 5. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, os adjudicatários não apresentarem os documentos de habilitação no prazo fixado no presente Programa.

Artigo 27.º | Idioma dos Documentos de Habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 28.º | Caução

1. Para garantir a boa execução do contrato celebrado, bem como o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, quando este seja superior a 500.000 €, nos termos dos artigos 88.º e 89.º do CCP.
2. Caso seja exigida a sua apresentação, a caução deverá ser incondicional (*on first demand*) e poderá ser prestada das seguintes formas:
 - a. Por depósito em numerário à ordem do Estado Português – Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Abastecimento, nos termos do modelo constante no anexo C ao presente Programa do procedimento;
 - b. Mediante garantia bancária ou seguro caução, nos termos do modelo constante no anexo D ao presente Programa do procedimento.

CAPÍTULO V – CONTRATO

Artigo 29.º | Minuta do Contrato

1. A minuta do Contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 98.º n.º 1 do CCP.
2. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário nos termos do disposto no artigo 100.º n.º 1 do CCP.
3. A minuta do Contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.
4. A reclamação da minuta do Contrato a celebrar só pode ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, dos termos do disposto no artigo 96.º no n.º 2 e 5 do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
5. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 30.º | Celebração de Contrato

1. Será celebrado contrato escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático, nos termos do artigo 94.º do CCP. A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos artigos 94.º a 106.º do CCP.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, toda documentação que seja necessária ao pontual cumprimento do mesmo.
3. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento será publicitado em www.base.gov.pt.
4. A outorga do contrato apenas poderá ocorrer, decorrido o prazo de 10 dias a contar da data da notificação de adjudicação.

Artigo 31.º | Não Outorga do Contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário selecionado não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no artigo 54.º n.º 4 do CCP.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente ao do último prestador selecionado.
3. No caso previsto no n.º 1, poderá ser instaurado ao concorrente selecionado um processo de contraordenação, nos termos consignados nos artigos 455.º e seguintes do CCP.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

Artigo 32.º | Possibilidade de adoção de Ajuste Direto

Não existe a possibilidade de adoção de ajuste direto, nos termos do artigo 26.º do CCP, para a repetição de contratos de aquisição de bens similares aos do objeto do presente contrato.

Artigo 33.º | Encargos do concorrente

São encargos do concorrente as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta, incluindo as despesas relativas à prestação da caução e pagamento de emolumentos decorrentes do processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Artigo 34.º | Consulta Preliminar

1. Este procedimento foi precedido de consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º-A do CCP.
2. A informação da(s) consulta(s) preliminares será disponibilizada, mediante solicitação, aos interessados, após o termo do prazo para a apresentação de propostas, salvaguardando-se a informação com natureza confidencial.

Artigo 35.º | Proteção de dados

1. Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso ao abrigo do presente procedimento deverão ser tratados na estrita observância e nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados.
2. Os concorrentes comprometem-se a não copiar, reproduzir, adaptar, difundir, transmitir ou divulgar quaisquer informações ou dados referentes a terceiros que tenham tido conhecimento por força do presente procedimento.

Artigo 36.º | Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente Programa, observar-se-á o disposto no CCP, na sua atual redação, e restante legislação aplicável.

ANEXO A - Modelo de Declaração (Anexo II ao CCP)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica.... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados³] os documentos comprovativos de que a sua representada⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data), ... [assinatura⁵].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO B - Minuta da Proposta

_____ (denominação social da empresa concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento para _____ (designação do procedimento), a que se refere o programa datado de _____ (data), obriga-se a executar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas no Programa, Caderno de Encargos e demais documentação, nos moldes seguintes:

Lote	Bem	Quantidade	Unidade de fornecimento	Preço unitário (S/IVA)	Preço Total (S/IVA)
				Subtotal	
				Subtotal	
				TOTAL	

O preço total de _____ (em algarismos e por extenso), com exclusão do IVA, constitui-se como atributo da proposta.

À quantia mencionada acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, na percentagem de ____%, no montante de_____.

Prazo do fornecimento: _____

Prazo de manutenção da proposta: 90 dias úteis

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao qual se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

Data

Assinatura

ANEXO C – Caução - Modelo de Guia de Depósito Bancário

Euros _____ €

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/títulos _____ (*eliminar o que não interessar – discriminar no caso de títulos*), como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de **Estado Português – Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Abastecimento**, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

ANEXO D – Caução - Modelo de Garantia Bancária / Seguro-Caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de **Estado Português – Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Abastecimento**, uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

ANEXO E – Informação Complementar do Procedimento

Número do Procedimento	3024004800
Objeto do Contrato	Fornecimento Contínuo de géneros alimentares para 2025.
Decisão de Contratar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2024, de 11 de julho.
Escolha Procedimento	Concurso Público (Bens) - Al. a) n.º 1 artigo 20.º CCP
Disponibilização Procedimento	www.acingov.pt
Pedidos Esclarecimentos	www.acingov.pt
Prazo Entrega Propostas	Até às 23h59 do 30.º dia a contar do dia útil seguinte ao envio, para publicação, do anúncio previsto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP
Local de Entrega Propostas	www.acingov.pt
Critério Adjudicação	Proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP - Monofator (Preço)
Caução	5% do preço contratual sem IVA, caso este seja igual ou superior a 500.000,00 €
Consultas Preliminares	Com o objetivo de determinar o respetivo preço base, nos termos do artigo 35-A do CCP, foram efetuadas consultas preliminares ao mercado, as quais podem ser consultadas na Direção de Abastecimento - Divisão de Obtenção durante o horário de expediente.

ANEXO F - Outros Requisitos de Admissão

INFORMAÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS

1. ENTREGA DE FICHAS TÉCNICAS DO ARTIGO

LOTES: 25, 27, 29, 30, 32, 33, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51 E 52.

Observação:

- **Lote 33**, a ficha técnica é apenas necessária para o artigo 8925MD0263757 - CASTANHA;
- **Lote 46**, a ficha técnica é apenas necessária para o artigo 8905MD0263389 - RISSOIS DE CAMARAO (APROX. 55G);
- **Lote 48**, a ficha técnica é apenas necessária para os artigos 8905MD0220350 - CHOCO PEQUENO, 8905MD0220349 - CHOCO GRANDE, 8905MD0220386 - LULAS;
- **Lote 50**, a ficha técnica é apenas necessária para os artigos 8905MD0220376 - FILETES.

2. ENTREGA DE AMOSTRA

LOTES: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 45, 46, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58 E 59.

Observação:

- **Lote 33**, a entrega de amostra é apenas necessária para o artigo 8915MD0004483 - AMEIXA SECA;
- **Lote 46**, a entrega de amostra é apenas necessária para os artigos 8905MD0220395 - MIOLO DE CAMARÃO e 8905MD0220361 - DELÍCIAS DO MAR;
- **Lote 48**, a entrega de amostra é apenas necessária para o artigo 8905MD0220420 - POLVO;
- **Lote 50**, a entrega de amostra é apenas necessária para o artigo 8905MD0220405 - PASTEIS DE BACALHAU.

3. ENTREGA DOS BENS

LOTES 25, 27, 29, 30, 32 e 47 - De acordo com o Anexo D ao Caderno de Encargos.

RESTANTES LOTES:

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA

SECÇÃO DE ALIMENTAÇÃO

BASE NAVAL DE LISBOA - ALFEITE, 2810-001, ALMADA, PORTUGAL

4. PRAZO DE ENTREGA

LOTE 25:

Entregas Diárias até às 07:15H (Exceto Dia de Natal, Dia de Ano Novo e Domingo de Páscoa).

Encomendas efetuadas até às 14:00H do dia anterior, sujeito a alterações comunicadas através de e-mail e telefone.

LOTE 27:

72 Horas após encomenda.

LOTE 29:

48 Horas após encomenda. 1 ou 2 entregas semanais (a definir pelo gestor de contrato).

LOTE 30:

48 horas após encomenda. Entregas às terças-feiras e sextas-feiras (sujeito a alteração).

LOTES 32:

48 Horas após encomenda. Entregas às quartas-feiras e sextas-feiras (sujeito a alteração).

LOTE 47:

48 Horas após encomenda. Entregas às terças-feiras e quintas-feiras (sujeito a alteração).

RESTANTES LOTES:

Entregas de segunda a quinta feira em horário acordado com a Subsecção de Encomendas e Controlo de Qualidade, até 5 (cinco) dias após efetuado o pedido de fornecimento (pedidos de fornecimento efetuados em dias úteis).

5. MODALIDADE DE ENTREGA

Pedidos parciais da quantidade total em função das necessidades.

ANEXO G - Regulamento de Análise de Amostras



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M A R I N H A

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

ANEXO G

REGULAMENTO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS

O presente documento tem como propósito regulamentar a entrega e a análise das amostras de géneros alimentares, permitindo aferir a adequação do bem a fornecer ao bem pretendido.

Artigo 1º

Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento aplica-se à aquisição de géneros alimentares.
2. O regulamento é de âmbito geral, sendo as especificidades das amostras de cada artigo definidas nos respetivos Cadernos de Encargos.

Artigo 2º

Definição de conteúdos

1. Amostra – réplica dos artigos a fornecer, caso seja adjudicado, incluindo o género alimentar com a constituição e as características, quantidade e qualidade definidas na respetiva especificação técnica.
2. Rotulagem – redigida em língua Portuguesa, letra visível e legível, não manuscrita, devendo conter informação fidedigna e coerente que possibilite uma análise técnica completa e correta das características definidas na respetiva especificação técnica. Os rótulos dos produtos apresentados devem ser originais, não podem conter alterações nomeadamente rasuras, recortes e sobreposição de rótulos.
3. Prazo de Validade – A contagem dos prazos de validade tem início com a entrega do bem nas instalações da Direção de Abastecimento e termina com a data da possibilidade máxima de consumo do bem. Os artigos entregues na Direção de



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M A R I N H A

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Abastecimento a título de amostra, deverão cumprir com o menor dos seguintes prazos de validade:

- a) O prazo de validade indicado nas especificações técnicas;
 - b) 45 dias a contar da data de entrega do artigo na Direção de Abastecimento.
4. Embalagem primária – Embalagem que se encontra em contacto direto com o produto, sendo responsável pela sua correta conservação e contenção.
5. Embalagem secundária – Embalagem que não se encontra em contato direto com o produto. Destina-se a conter uma ou mais embalagens primárias com um só tipo/variedade de produto. Esta embalagem, a existir, contribui para a proteção físico-mecânica durante a distribuição e pode ser responsável pela comunicação, caso esta última não esteja assegurada na embalagem primária, conforme requisitos de cada especificação técnica.

Artigo 3º

Entrega da Amostra

A amostra deverá ser entregue no local e horário definido no Caderno de Encargos do concurso.

Artigo 4º

Análise da Amostra

1. Qualquer amostra entregue será analisada por uma Comissão de Análise, composta obrigatoriamente por técnicos da área da alimentação, em número ímpar de membros.
2. A Comissão de Análise conduzirá todos os testes descritos no artigo 5º e, quando estipulado nas respetivas especificações técnicas, efetuará a prova organolética prevista no artigo 7º.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M A R I N H A

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Artigo 5º

Testes técnicos expeditos a efetuar

1. A amostra, com base nos requisitos constantes em cada ET, será sujeita aos seguintes testes:
 - a) Adequação das condições de transporte;
 - b) Verificação do estado das embalagens, nomeadamente:
 - (i) Integridade;
 - (ii) Hermeticamente fechada (quando aplicável);
 - (iii) Sinais de descongelação (quando aplicável);
 - (iv) Rotulagem;
 - (v) Validade.
 - c) Confirmação do peso total e individual do género, conforme aplicável (bruto, escorrido, seco, outro);
 - d) Análise visual do género alimentar para aferir da conformidade com o objeto do contrato, nomeadamente:
 - (i) Estado de acondicionamento do género, tendo em conta a temperatura sempre que aplicável;
 - (ii) Estado de frescura, textura, cor, consistência;
 - (iii) Tamanho/calibre.
2. Caso necessário, será solicitada a ficha técnica do género a analisar.

Artigo 6º

Descrição dos testes técnicos expeditos a efetuar

1. **Adequação das condições de transporte**



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M A R I N H A

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Entende-se por meio de transporte o veículo onde o género se encontra armazenado, até ao momento da sua receção na Direção de Abastecimento. O meio de transporte deverá ser adequado aos requisitos do género em apreço. Caso aplicável, a temperatura dos géneros será controlada no momento da sua receção.

2. Verificação do estado da embalagem

Análise exterior da embalagem (da primária e secundária, se for o caso) quanto aos aspetos contemplados na alínea b) do número 1 do artigo 5º. Esta(s) deverá(ão) estar conforme(s) com as condições descritas nas correspondentes especificações técnicas.

3. Confirmação do peso

Pesagem da embalagem e unidades individuais (caso aplicável). Em alguns géneros poderá ser necessário ter em conta o peso escorrido, limpo, seco ou outro que se aplique através do descrito na respetiva especificação técnica.

4. Análise visual ao género alimentar

Compreende a verificação visual de parâmetros como a cor, textura, forma, existência de corpos estranhos e acondicionamento na embalagem, caso se aplique por obrigação da especificação técnica. Medição do tamanho/calibre dos géneros, ou despistagem da existência de sinais visuais de deterioração ou de corpos estranhos, igualmente quando aplicável. No caso de géneros congelados poderá ser necessário proceder à sua descongelação em condições adequadas. Este teste tem a duração de 24 a 48 horas.

Artigo 7º

Prova organolética

Mediante a aplicabilidade ao tipo de género, e apenas quando e nos termos previstos na respetiva especificação técnica, serão analisados os seguintes parâmetros:



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M A R I N H A

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

- a) Sabor/ Paladar;
- b) Cor;
- c) Cheiro;
- d) Textura;
- e) Forma;
- f) Consistência;
- g) Existência de corpos estranhos;
- h) Ausência e /ou alteração de componentes;
- i) A sua composição.

Artigo 8º

Descrição da prova organolética

1. A prova organolética consiste na degustação do género pela Comissão de Análise, sendo confeccionado no caso de não poder ser ingerido no estado em que é rececionado. Será realizada em regime de “prova cega”, ou seja, as amostras deverão ser numeradas e apresentadas para análise sem qualquer menção a marca ou a fornecedor.
2. A organização e preparação da “prova cega” cabem à Secção de Alimentação. Os recursos humanos deverão ser diferentes dos nomeados para integrar a Comissão de Análise.
3. A prova organolética será efetuada se o género cumprir com os testes expeditos, referidos no art.º 5º.
4. Cada amostra será sempre analisada em três parâmetros, que constam na respetiva especificação técnica. Caso não seja possível proceder à análise de algum dos parâmetros, os motivos deverão constar expressamente no relatório da Comissão de Análise.
5. O parâmetro sabor/paladar é comum a todos os géneros alimentares objeto da prova organolética, logo fixo. Todos os parâmetros encontrar-se-ão definidos na especificação técnica do artigo em análise.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M A R I N H A

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

6. A cada parâmetro será atribuída a seguinte ponderação, perfazendo um total de 100 pontos percentuais:
- Sabor/paladar – 60%;
 - Outros dois parâmetros definidos na especificação técnica – 20% cada.
7. A cada amostra analisada a Comissão de Análise atribuirá, em cada parâmetro, uma pontuação de 0 a 2, considerando a seguinte tabela de equivalência qualitativa:

Pontuação	Eq. qualitativa
0	Mau
1	Satisfatório
2	Bom

8. Não serão submetidos à prova artigos que se considerem impróprios para consumo, sendo de imediato rejeitada a amostra e mencionado o facto em sede de relatório da Comissão de Análise.

Artigo 9º

Resultados da Análise

1. A análise das amostras efetuada pela Comissão apresentará como resultados parciais os seguintes:
- “Satisfaz” ou “Não Satisfaz” para o conjunto dos testes descritos no artigo 6º;
 - No caso de ser efetuada a prova organolética descrita no artigo 8º, será aplicada a seguinte fórmula:

$$P=0,6*A+0,2*B+0,2*C$$



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M A R I N H A

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

P=pontuação obtida após análise

A= média aritmética obtida no parâmetro alínea a), n.º 6, artigo 8º

B= média aritmética obtida no parâmetro alínea b), n.º 6, artigo 8º

C=média aritmética obtida no outro parâmetro alínea b), n.º 6, artigo 8º

Ao resultado obtido corresponderá a designação qualitativa constante na seguinte tabela de equivalências:

Intervalo (P)	Eq. Qualitativa
< 1 (menor que 1)	Não Satisfaz
>= 1 (maior ou igual a 1)	Satisfaz

2. O resultado final traduzirá a aceitação ou rejeição da amostra e será constituído pelos dois resultados parciais contantes no número anterior, sendo que a existência de apenas um “não Satisfaz” implicará a rejeição da amostra.

Artigo 10º

Instruções para Levantamento de Amostras

1. As amostras entregues pelas firmas concorrentes serão analisadas pela Comissão de Análise, nos termos mencionados anteriormente, o que implica a violação da embalagem. Tal como refere o art.º 8º, em algumas situações uma parte dos géneros é confeccionada para permitir a necessária análise organolética.
2. Findo o prazo de 10 dias úteis após a receção da notificação de adjudicação, à exceção do adjudicatário, as amostras poderão ser levantadas pelo respetivo concorrente.
3. Os concorrentes, nas condições mencionadas no ponto anterior, para procederem ao levantamento da amostra devem contactar a Secção de Alimentação (Telf.: 210



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M A R I N H A

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

901 600, email: da.dotalimentacao@marinha.pt) a comunicar essa intenção, de forma a agendar data e hora da recolha.

4. Caso as amostras não sejam levantadas nos prazos indicados no quadro em apêndice, que inicia contagem a partir da data referida no ponto 2. do presente artigo, considera-se que não haverá intenção do concorrente levantar o material, caracterizando-se esta situação como abandono, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 1267 do Código Civil.
5. Todos os artigos abandonados, nos termos do número anterior, serão doados pela Marinha a uma Instituição Particular de Solidariedade Social de reconhecido mérito que tenha interesse em receber, ficando prova documental dessa entrega arquivada na Secção de Alimentação.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M A R I N H A

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Apêndice ao Anexo G

Gêneros Alimentícios	Prazo de levantamento (dias seguidos)
Fruta e legumes	3 dias
Peixe ou carne fresca	3 dias
Congelados (carne, peixe, hortofrutícolas)	10 dias
Secos, enlatados e embalados	10 dias
Lacticínios (iogurtes, manteiga, queijo), margarina e ovos	10 dias
Tubérculos (batata, cebola e alho)	3 dias
Gorduras alimentares (azeite e óleo)	10 dias

Anexo H - Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha

Código de Conduta do Fornecedor



Código de Conduta do Fornecedor

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO	1
ÂMBITO DA APLICAÇÃO	2
COMPROMISSOS	4
Ética e Integridade	4
Direitos Humanos e Laborais	4
<i>Compliance</i>	4
Ambiente	5
Segurança e Informação	5
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO	7
INCUMPRIMENTOS	7





ENQUADRAMENTO

A Marinha é um organismo do Estado que tem por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos da Constituição e da lei, sendo fundamentalmente vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do sistema de forças.

O cumprimento da missão da Marinha decorre num quadro de valores pelo qual pauta a sua atuação e onde se destacam a Lealdade, a Integridade, a Coragem, a Camaradagem e a Justiça.

Deste quadro de valores, destaca-se a integridade que assenta na legalidade, transparência e honestidade nos fins e meios para os alcançar e nas relações abertas, francas e claras entre a Marinha e as entidades externas.

Com base neste quadro de valores, e por acreditar que uma relação transparente e socialmente responsável entre a Marinha e os seus fornecedores deve ser alicerçada em princípios perfeitamente claros e definidos, foi desenvolvido o presente Código de Conduta do Fornecedor com o objetivo de comunicar a todos os seus fornecedores, atuais e futuros, os seus valores enquanto entidade que recorre ao fornecimento de bens, serviços e empreitadas no mercado.



ÂMBITO DA APLICAÇÃO

O Código de Conduta do Fornecedor da Marinha é aplicável a todos os seus fornecedores, nomeadamente, todas as pessoas singulares e coletivas com as quais a Marinha estabelece relações comerciais para fornecimento de bens, serviços e empreitadas, incluindo os seus subcontratados.

O Código de Conduta do Fornecedor abrange os temas da ética, integridade, direitos humanos e laborais, compliance, ambiente e segurança da informação, em respeito das disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Convenções da Organização Internacional do Trabalho, das normas de natureza ambiental e da legislação nacional e comunitária.

Através de declaração expressa, os fornecedores da Marinha assumirão os compromissos previstos no presente Código de Conduta do Fornecedor.



COMPROMISSOS

Ética e Integridade

O fornecedor da Marinha compromete-se a respeitar os mais elevados padrões éticos, morais, de honestidade e de integridade humana.

O fornecedor da Marinha compromete-se a adotar uma postura ética, não oferecendo ou aceitando qualquer oferta de bens, valores, benefícios ou outras contrapartidas.

O fornecedor da Marinha compromete-se a evitar condutas suscetíveis de originar conflitos de interesses ou de gerar expectativas de favorecimentos nas relações comerciais com a Marinha.

Direitos Humanos e Laborais

O fornecedor da Marinha compromete-se a não recorrer a trabalho infantil e a garantir que não se verificam situações de tratamento ou ameaça de tratamento desumano, incluindo assédio ou abuso sexual, punições corporais, coação física ou moral ou abuso verbal sobre os trabalhadores.

O fornecedor da Marinha compromete-se a promover o respeito pelo trabalho livre, recusando situações qualificáveis como trabalho forçado e não adotar qualquer prática relacionável com tráfico humano ou restrições injustificadas à livre circulação, apropriação indevida de documentos e remunerações.

O fornecedor da Marinha compromete-se a garantir a todo o tempo um rigoroso cumprimento da legislação laboral vigente e de acordos coletivos de trabalho, quando aplicável, garantindo ainda o cumprimento das normas vigentes relativas a matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho.

Compliance

O fornecedor da Marinha compromete-se a cumprir a legislação nacional, comunitária e internacional em vigor e que seja aplicável no âmbito da relação contratual existente com a Marinha.

O fornecedor da Marinha compromete-se a não adotar qualquer prática, atividade ou conduta suscetível de configurar um ato criminalmente punível.

O fornecedor da Marinha compromete-se a não adotar ações que visem restringir a concorrência de mercado ou a praticar atos de concorrência desleal.

Ambiente

O fornecedor da Marinha compromete-se a cumprir as normas e requisitos ambientais aplicáveis à sua atividade, balizado pelo princípio de “não prejudicar significativamente”, na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, e das respetivas orientações técnicas (Comunicação da Comissão nº 2021/C58/01).

O fornecedor da Marinha compromete-se a desenvolver esforços de minimização do impacto ambiental da sua atividade, procurando uma utilização racional e eficiente dos recursos.

O fornecedor da Marinha compromete-se a implementar práticas de gestão com objetivo de diminuir a produção de resíduos e otimizar a sua gestão e tratamento.

Segurança da Informação

O fornecedor da Marinha compromete-se a garantir a segurança da informação à qual tem acesso e/ou produz no contexto da sua relação com a Marinha, assim como a segurança dos recursos a ela associados, nomeadamente os humanos e tecnológicos.

O fornecedor da Marinha compromete-se a garantir a proteção de dados pessoais, nomeadamente o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016) e demais legislação que lhe seja aplicável.

O fornecedor da Marinha compromete-se a respeitar a propriedade intelectual e a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, não podendo fazer uso ou divulgar qualquer uma dessas informações.







DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

O compromisso do fornecedor é declarado através do preenchimento da minuta da declaração de compromisso do fornecedor com o Código de Conduta do Fornecedor, em anexo.

INCUMPRIMENTOS

Em caso de ser verificada alguma não conformidade com o presente código de conduta na atuação de um fornecedor, a Marinha reserva-se o direito de proceder à comunicação da situação verificada às autoridades competentes.

ANEXO

Declaração de Compromisso do Fornecedor com o Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha

Denominação da Empresa:

Número Identificação Pessoa Coletiva:

Nome do representante legal:

Cargo:

Declaro pelo presente documento que:

Recebemos e tomámos conhecimento do conteúdo do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha;

Subscrevemos todos os compromissos previstos Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha;

Informaremos todos os nossos funcionários/subcontratados do conteúdo do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha;

Prontificamo-nos a reportar à Marinha qualquer suspeita de violação do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha.

[Data e Local]

_____, ____ de _____ de _____

[Assinatura]



marinha.pt

Anexo I - Declaração de Compromisso de Honra

Modelo de Declaração

[...], com o número de identificação [...] e residência em [...], na qualidade de representante legal da [...], com o número de identificação de pessoa coletiva [...], e sede em [...], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos relativos à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento NPD [...] – Fornecimento de [...], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a entregar os bens identificados na sua proposta exclusivamente através de si e por meios próprios.

Sem prejuízo do disposto supra, não é permitido à empresa supramencionada o fornecimento de bens através de outras pessoas coletivas.

[...], [...] de [...] de 2024